

RESES, FAZENDAS, FEIRAS E A URBANIZAÇÃO DOS “CERTOENS” DAS CAPITANIAS DO NORTE.¹

Esdras Arraes.
Arquiteto e Urbanista, doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo – FAU USP
e-mail: esdras_arraes@yahoo.com.br

RESUMO

Ao longo do colonialismo, a pecuária extensiva desenvolvida no sertão nordestino foi o *leit motiv* para a constituição dos primeiros focos de povoamento daquele vasto território. Tal especificidade econômica desenvolveu um dinâmico sistema urbano e uma complexa divisão social e territorial do trabalho, dando condições ao surgimento de um mercado interno tão importante quanto o ultramarino. Isto posto, essa comunicação busca analisar como a criação de gado dos “Certoens” das capitâneas do Norte estruturou a malha urbana colonial sertaneja composta por assentamentos humanos de variados níveis e perfis (pousos, currais, fazendas, freguesias, vilas e cidades). Indicamos, também, o papel das feiras como materialização, no território e núcleos urbanos, dos fluxos econômicos e das redes de relações imbricadas nos confins dos interior do Nordeste.

Palavras – chave: Brasil Colônia – mercado interno - pecuária – Sertão nordestino – urbanização.

¹ Esse trabalho faz parte do segundo capítulo de nossa dissertação de mestrado intitulada: *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), em março de 2012. A pesquisa de mestrado teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Algumas décadas antes do desenvolvimento do caminho real do gado, que uniria, por terra, as urbes de São Luis do Maranhão e Salvador, um grupo de homens, associados e residentes no recôncavo da Bahia,² solicitaram ao governo da capitania de Pernambuco, por volta de 1684, vastas sesmarias localizadas entre o rio São Francisco e o atual estado do Piauí, para criar gados soltos, extensivamente. As reses logo se adaptaram ao lugar, enquanto não ocorressem os longos períodos de estiagem, provocando a redução de até 12,5 % das boiadas criadas e tangidas para comercialização no litoral (BRAGA, 1947: 149 – 152). Sérgio Buarque de Holanda (1960), por seu turno, listou dois fatores positivos ao povoamento do sertão: o relevo formado por peneplanícies e os barreiros salinos encontrados ao longo do médio rio São Francisco (HOLANDA, 1960: 221).

Isto posto, o conhecimento e a efetiva ocupação da região foram os elementos que mais se beneficiaram da economia pastoril. De fato, a ocupação do interior nordestino foi determinada pela necessidade de prover a área açucareira de animais para o trabalho nos engenhos e alimento para a população ali residente (ANDRADE, 1979). Por isso, Capistrano de Abreu (2000) apontou dois pólos de arremetida para o *hinterland*: os sertões de dentro e de fora. O primeiro elaborado pelos baianos, percorrendo as margens dos rios Itapicurú, Rãs, Vasa – Barris, Sergipe, Real, São Francisco, Canindé e Piauí para atingir as áreas interioranas dos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão (ABREU, 2000: 150 – 160). O sertão de fora é obra pernambucana. Partindo de Olinda/Recife os sertanistas seguiam paralelamente à linha da praia até atingir os sertões do Ceará, passando pelas capitanias da Paraíba e Rio Grande (ABREU, *Opus cit.*).

Já no início do século XVIII, os “Certoens” do Norte eram percorridos por inúmeras boiadas e, portanto, tratava-se da especificidade econômica daquela parte da colônia. Tal realidade foi apontada pelo jesuíta Antonil, quando relatou a existência de 800 currais nas margens sanfranciscanas do lado pernambucano e 500 da parte baiana. Ou melhor,

(...) assim como há currais nos territórios da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim a fazenda a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos... (ANTONIL, 1982: 96).

² Esses grandes possuidores de terras eram a família Dias D’Ávila (Casa da Torre), os Guedes de Brito (Casa da Ponte), Francisco Baroza Leão, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Mafrense (alinhado depois de Sertão), Francisco de Souza Fagundes, Bernardo Vieyra Ravasco. Ver AHU_ACL_CU_009, Cx. 33, D. 3343. Por questões de método de pesquisa, usamos os nomes dos atores seguindo a grafia encontrada nos manuscritos setecentistas compulsados.

Currais e fazendas de gado entraram, portanto, nesse quebra-cabeça da posse e uso de terras sertanejas. A fundação de herdades e, *a posteriori*, de núcleos urbanos, cumpriram os ideais da política colonizadora de Portugal, principalmente a partir da última década dos Seiscentos, no reinado de D. Pedro II, quando a Coroa buscou conter os avanços fundiários dos “mandatários” do sertão:

(...) ainda poderá ser maiz util com o intento q' tem de povoarem aquellas terraz, reduzindoas a Collonias, e Povoaçoes, sendo este o meyo não só de se segurarem aquelles Certoens com estas defenças, mas tambem o de poder lucrar grandez conviniências a fazenda de V. Mag.^{de} nos dizimos que se podem tirar da Cultura dellaz que pella sua excellençia, e fertilidade prometem a mayor abundança de frutos... (ENNES, 1938: 349 – 350).

Analisando certos manuscritos, com datas entre 1699 – 1755, perceberemos que o esforço da Metrópole lusa - com o intuito de diminuir o poderio dos grandes fazendeiros e distribuir equitativamente as sesmarias, segundo a dimensão legal pré-determinada pelas Ordenações do Reino - alcançou consideráveis resultados. Através da carta régia de 20 de janeiro de 1699, D. Pedro II (ao saber do parco povoamento do território) ordenou que sesmarias devolutas fossem concedidas aos desejosos de cultivá-las, mediante o pagamento do foro (AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1771). Além do mais, surge, no intervalo de tempo citado, um grande número de fazendas de criar que salpicaram o território, muitas delas fundadas ao longo de caminhos terrestres, outras nas ribeiras dos rios.

Sobre esses aspectos, podemos mencionar o caso da capitania de São José do Piauí. Em 1697, o padre Miguel de Carvalho foi encaminhado pelo bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, ao sertão de sua diocese, para averiguar a região afim de instalar duas novas freguesias, derivadas da imensa paróquia de Cabrobó, cuja extensão ultrapassava as 400 léguas (AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1732). Na sua *Dezcrição do Certão do Peauhy remetido ao Ilmo. e Rm. Sr. Frei Francisco de Lima*, o cura relacionou 129 fazendas de gado, onde residiam 441 moradores entre brancos, índios, negros e mestiços (ENNES, *Opus cit.*: 370 – 387). Já em 1772, ao observamos o relatório do ouvidor Antônio José de Moraes Durão, o Piauí esteve povoado com 579 estâncias de gado, distribuídas nos termos da cidade de Oeiras e das vilas de Parnaguá, Jerumenha, Valença do Piauí, Marvão, Campo Maior e Parnaíba (AHU_ACL_CU_016, Cx. 12, D. 684).

Contemporâneo aos dados informados pelo ouvidor Durão foi o censo desenvolvido, em 1774, pelo governador de Pernambuco, Jozé Cezar de Menezes. A autoridade pernambucana nos deixa a par da existência de 2.363 fazendas de gado erguidas por todo o território da capitania e suas sufragâneas (Ceará, Rio Grande, Paraíba e Alagoas). Ao analisarmos a tabela 01, consideramos que teve razão o capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao

declarar a D. João V, que (...) *hachase os certoens desta capitania muy povoada de (...) fazendas, e gados [...]*(ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL, 1918).

FAZENDAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS, 1774	
CAPITANIA DO CEARÁ GRANDE	
Ribeira	Fazendas
Ribeira do Ceará	93
Ribeira do Acaracú	325
Ribeira do Jaguaribe	240
Ribeira do Icó	314
TOTAL	962
CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	
Ribeira	Fazendas
Ribeira do Norte	28
Ribeira do Assú	96
Ribeira do Apodí	54
Ribeira do Seridó	70
Ribeira do Sul	35
TOTAL	283
CAPITANIA DA PARAÍBA	
Freguesias	Fazendas
Taipú	99
Pilar	01
Iacocá	-
Alandra	-
Barra da Traição	-
Cariris	87
Mamanguape	75
Pombal	560
Campina	47
TOTAL	869
CAPITANIA DE PERNAMBUCO	
Freguesias	Fazendas
Taquara	-
Alhandra	-
Goyana	-
També	-
Tejucopapo	-
Itamaracá	-
Iguaraçú	-
Limoeiro	-

Tracunhaem	-
Bom Jardim	-
Maranguape	-
São Pedro Martir	-
Sé de Olinda	-
Vargem	-
Jaboatão	-
São Lourenço	-
Luz	-
Santo Antônio	-
Ararobá	25
Simbres	-
Águas Belas	-
Cabrobó	60
Bezerros	88
Tacarátú	60
Pilão Arcado	35
São Frei Pedro Gonçalves	-
Moribeca	-
Cabo	01
Ipojuca	01
Escada	-
Porto Calvo	-
Camaragibe	-
São Bento	-
Unna	-
Meirim	-
Alagoas	-
São Miguel	32
Alagoa do Norte	-
Atalaia	08
Poxim	14
Penedo	80
Porto Real	-
Nossa Senhora do Ó	114
São Francisco da Barra do Rio Grande	Sem informação
Campo Largo	Sem informação
São Romão	Sem informação
Aldeia de índios da Assumpção	Sem informação
Vila de Santa Maria	Sem Informação
TOTAL	518

O predomínio da pecuária abrangeu as áreas interioranas de todas as capitanias que compuseram o Nordeste colonial, se assim o podemos classificar. No Piauí *o principal rendimento da Fazenda Real (...) consiste nos dízimos dos gados vacuns e cavallares, genero cujo consumo sendo dependente da indigência em que estavam as capitanias circunvezinhas [...](AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D. 633)*. Semelhante a situação do Ceará, como expôs o Conselho Ultramarino: *(...) neste país tão vasto estando hoje povoado porque só a Ribeira do Jogoaribe estão mais de tresentas rossas e currais (...) e tanta gente q' cada ves se vay augmentando mais em razão dos grandes lucros que se tirão dos muitos bois e cavallos que crião e mandão para as Minnas [...](AHU_ACL_CU_ CEARÁ, Cx. 1, D. 67)*. Os bens dos sertanejos potiguares, identificados pelos edis da câmara de Natal, eram *gado vacuns q' se crião nestes Sertoens* (AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 140). Referindo-se à paróquia de Bezerras, locada na capitania de Pernambuco, Jozé Cezar de Menezes mencionou que os moradores da paróquia *vivem de crear gados, outros de alguma lavoura que plantão nos brejos, e de curtir couros e sollas; a conduta [sic.] destes gados he para a cidade da Bahia, onde fica mais proximo* (ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL, 1918: 38).

Luís Vilhena informou, em 1802, que para o termo da vila de Penedo (AL) transitavam gado, *de que seo districto ha de duzentas a cincoenta fazendas, entre grandes e pequenas* (VILHENA, 1802: 10). Para Salvador, vinham manadas da vila da Jacobina, pois *abundão os dittos sertões de gado, cujas estradas livres de gentio e beneficiados podem fazer hum extenso commercio com a comarca e com a capital, sendo aquella tão desprovida de gado* (ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL, 1914: 112).

Em Pastos Bons, região meridional do Maranhão, devido à demanda de boas pastagens e água de rios perenes, o major Francisco de Paula Ribeiro (1815) comentou:

A natureza de uns e outros terrenos, excessivamente prodiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este districto o nome de Pastos Bons! Os seus campos nutridores, o seu ar commodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circumstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que elle chama dos sertões das outras capitanias confinantes os negociantes de gado, que d'alli transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos e criação das vacas e novilhas...(RIHGB, 1848: 44).

É interessante destacar que, as transações comerciais provenientes da pecuária orbitaram em outra escala: abrangeu o ultramar, aportando no Reino. Em Pernambuco e Paraíba, o segundo produto que mais pesou na balança das exportações eram derivados do boi. Em carta aos

representantes do Estado e Negócios Ultramarinos, os edis da câmara de Olinda atestaram que os *donativos com que aqueles povos servem de presente a Vossa Magestade que seja servido ordenar que se satisfaçam gêneros como açúcar e sola que são os que servem ao comércio [...] (GOULART, 1966: 25)*. Do porto do Recife saíam para Portugal entre sete a oito embarcações por ano, carregadas de couro (VILHENA, 1802: 26).

No porto da vila de Aracati, o frei capuchinho, Anibal de Gênova, em sua missão ambulante de 1762, notou o comércio de carne e couro daquele núcleo urbano. Ali, o religioso testemunhou que era *lugar de muito comércio. Consistia na sua principal riqueza na criação, embarcando anualmente grande boiadas para Pernambuco. Via-se também frequentado por muitos marchantes baianos [...]* (PRIMERIO, 1942: 191). O capuchinho ainda cita que o porto de Aracati interagiu com outros centros da colônia (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) e da América. A cidade de Buenos Aires, por exemplo, esteve subsidiada de produtos da pecuária nordestina.

O criatório começou a declinar no fim do século XVIII e início dos Oitocentos. O primeiro motivo dizia respeito às secas apelidadas de três setes (1777, 1778, 1779) responsável pela mortandade do gado. O segundo justifica-se pela ascensão, ante o mercado nacional e, depois, internacional, das charqueadas do sul, cuja fórmula de produção da carne, segundo Valdelice Girão (1996), foi emigrada do Ceará com seus especialistas (GIRÃO, 1996: 160). Vilhena (1802) presenciou esse cambio de pólo monopolista:

Era muito considerável o commercio que esta Praça tinha com a Capitania do Ceará, e Parnahiba, em carnes salgadas, seccas, courama e algum algodão, este porém se transferio para o Rio Grande de S. Pedro do Sul, depois que as secas extremosas consumirão todos os gados naquellas paragens; de forma que por acaso apparece hoje na Bahia alguma pequena embarcação do Ceará, ou Parnahiba, com carne e couros; visto que em Pernambuco achão prompta sahida a todos os seus gêneros e efferitos [...] (VILHENA, 1802: 342).

O decréscimo econômico pode ser visto na ocupação dos habitantes da capitania da Paraíba do Norte em 1798, quando foram elencados apenas 174 criadores de gado (AHU_ACL_CU_016, Cx. 14, D. 2510). Diminuição da exportação também ocorreu nos sertões dos Pastos Bons (MA). Segundo o relatório do major Francisco de Paula Ribeiro, de 1815, a freguesia de São Bento dos Pastos Bons atrofiou sua negociação com a Bahia e São Luiz, pela alta dos preços e pouca compra dos animais (RIHGB, 1848: 51).

Mesmo com a crise sofrida, as reses mobilizaram os funcionários da Coroa, as câmaras das vilas, autoridades religiosas, fazendeiros, roceiros, vaqueiros, tangedores, índios e escravos. Os fluxos do gado e sua participação na economia interna colonial romperam as fronteiras

entre capitânicas, deram uma nova territorialidade ao Brasil, extrapolando a virtualidade do Tratado de Tordesilhas (ARINOS, 1958: 56).

As feiras sertanejas e sua posição na urbanização dos “Certoens” do Norte

Quando a comunicação era difícil e perigosa, quando os lugares nos quais se podiam encontrar artigos europeus ou de primeira necessidade estavam distantes e eram escassos, as feiras rompiam tais barreiras, levando para o isolado e incomunicável a agilidade das trocas, a aproximação do sertão com o litoral.

Etimologicamente a palavra *feira* agrega qualidades como a solenidade e festa, sacralidade e mercado. Raphael Bluteau (1712 – 1719) definiu o verbete atribuindo sua origem aos romanos: *feiras se fazião nos dias feriados, ou de festas, poderamos derivar feira do latim Feria* (BLUTEAU, 1712 – 1719). O caráter solene e pio paulatinamente da lugar à práticas profanas, comerciais, *mais he provável, que feira derive do latim Fórum, que hera o lugar ou praça destinada para a venda dos mantimentos; humas que erão próprias, & particularmente de certas cousas, como o fórum Boarium, a feira do boi [...]*(BLUTEAU, 1712 – 1719). A simbiose entre festa e mercado foi uma característica medieval que ultrapassou o atlântico, chegando até nós com a cultura lusitana.

Para Virgínia Rau (1986), quase todas as feiras medievais portuguesas se realizavam em épocas relacionadas com a Igreja, ou seja, *as romarias, as peregrinações atraem peregrinos vindos de longe, e como o peregrino, muitas vezes, um mercador, essas reuniões estavam destinadas a transforma-se em centros de troca* (RAU, 1986: 21). Henri Pirenne (1973) já dizia que as feiras foram instituídas para servirem de congregação periódica de mercadores profissionais, a fim de os porem em contato com os outros e fazê-los confluir para elas em épocas fixas. Eram pontos de reunião e lugares de troca, unindo a população de distintas direções (PIRENNE, 1978: 108).

Em vista disso, a feira definiu uma função econômica às vilas, freguesias e povoações não oficializadas. Os núcleos urbanos que a detiveram se situam no ponto alto da hierárquica rede urbana, delimitam zonas de interferência e explicam o porquê da localização dos aglomerados no sistema (RONCAYOLO, 1984: 411). E, segundo Jacques Le Goff (1992), *as feiras são antes de tudo fenômenos urbanos. Os produtos que ali se trocam são fabricados ou financeiramente controlados. Os atores, os mercadores, são a quintessência da sociedade urbana* (LE GOFF, 1992: 72). Algumas feiras do sertão nordestino, feiras de gado em certos casos, favoreceram o desenvolvimento de arraiais, todavia, não podemos admitir que elas

tenham provocado sua gênese. Roberto Simonsen relacionou as principais feiras de gado do Nordeste colonial:

Graças a intensificação do comércio do gado e ao aumento das populações, a partir do século XVIII, foram surgindo várias feiras: de Santana, Curralinho e Condeúba na Bahia, Brejo d'Areia na Paraíba; Itapecurú-mirim no Maranhão (SIMONSEN, 1977: 178).

Em Capuame, distante dez léguas de Salvador, o fazendeiro Francisco Dias d'Ávila, em 1618, organizou a primeira feira de gado no sistema da pecuária que ascendia naqueles tempos para o interior do Nordeste (MOREIRA, 1992: 186). No início dos Seiscentos o boi era criado junto dos canaviais, ademais, os sertões estavam em fase de conquista e conhecimento territorial. As áreas de criação, ao expandir-se para o *hinterland*, propiciaram o surgimento de caminhos. A feira de Capuame funcionou como balizador na criação dessas rotas. Dela partiram duas estradas essenciais à pecuária: o caminho real do gado e a estrada das boiadas.

Expôs Antonil um dos primeiros relatos sobre o mercado do gado empreendido em Capuame. Segundo o jesuíta, chegavam à feira *cem, cento e cinqüenta, duzentas cabeças de gado* (ANTONIL, 1982: 97), eram compradas por marchantes para o abate e venda da carne verde e couro. A condução das boiadas para o lugar de comércio realizavam *brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, e tendo o cuidado que não saiam do caminho, nem se amontoem* (ANTONIL, 1982: 97). Na feira, os animais eram vendidos *por quatro até cinco mil réis. O boi manso por sete para oito mil réis* (ANTONIL, 1982: 97).

As reses criadas nas fazendas do Real Fisco³, localizadas na capitania do Piauí, anualmente encaminhavam boiadas das distintas inspeções à Capuame. Por exemplo, em 1772 saíram da Capela Grande 288 animais; Capela Pequena 242 bois; de Nazaré 283 cabeças de gado; da inspeção do Canindé foram 250 cabeças e em São João 263 animais (AHU_ACL_CU_016, Cx. 11, D. 656). Durante as estiagens *nenhuã Boyada se pode extrahir daquellas fazendas, para se dispor na Feira de Capuame da Bahia, como era costume, e conforme as ordens de Sua Magestade, porque a extraordinária secca deste inverno, fes impocivel o tranzitarem aquelles pellas travecias [...]*(AHU_ACL_CU_016, Cx. 12, D. 730).

Quando as manadas aportavam em Capuame, agitadas por vaqueiros e tangedores, (...) *são conduzidas para a Cidade [Salvador] sem comerem mais o que andando podem apanhar com*

³ Essas fazendas foram doadas por Domingos Afonso Mafrense, como herança, aos padres da Companhia de Jesus. Sendo confiscadas pela Coroa após a extradição dos inacianos do Império português, em 1759.

a lingoa, por huma so e única estrada freqüentada de Boyadas innumeraveis [...](VILHENA, 1802: 81). A etapa seguinte, compra e venda dos animais em Salvador, era rigidamente controlada pelos oficiais do senado local, conforme a narração de Luis Vilhena:

Chegão finalmente, e ahi são recolhidos no Curral do Concelho, donde só sahem em quartos para os asougues, desde a sexta-feira de huma semana athe a quinta-feira da outra, e neste meyo tempo sahem, he so para beber, e nunca para pastarem, por não haver nesta Cidade hum palmo de baldio [...](VILHENA, 1802: 82).

A feira de gado de Capuame declinou no século XVIII quando usaram as imensas áreas limítrofes para o cultivo da cana – de – açúcar (MOREIRA, 1992: 187). Surgiram outros pólos de compra e venda de rebanhos e seus produtos derivados, emergiram as feiras de Santana e Condeúba, na capitania da Bahia, e Itapicurú-Mirim no Maranhão. Vale apontar que, o aglomerado de Santana não nasce em decorrência da feira, mas o seu destaque no sistema da pecuária se deveu a tal. Até porque a feira surge “à sombra” da Igreja. Em 1732, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Barbosa doou cem braças em quadra de terra à santa de devoção, Sant’Ana. Construíram a capela e, ao redor dela, viajantes, mascates, compradores e vendedores de gado se reuniam para comercializar os produtos em dia pré-estabelecido (POPPINO, 1968: 20). A partir dessa congregação de comerciantes surgiu a feira de Santana. Esse fenômeno mostra a freqüência de feiras realizadas nos adros das ermidas solitárias e pouco povoadas, o que não significa necessariamente que tivessem origem numa romaria ou outro tipo de ritual religioso, principalmente, católico.

No Maranhão, como citou Simonsen (1977), encontramos outra povoação beneficiada pelas feiras de gado: Itapicurú – Mirim. Na opinião do major Francisco de Paula Ribeiro (1815), Itapicurú - Mirim *foi um lugar de negócio aonde se faz a grande feira dos gado do sertão, e que hoje é villa* (RIHGB, 1848: 55). Recebia de Pastos Bons e de outras partes do Piauí o gado necessário para a comercialização (RIHGB, 1848: 56). Spix e Martius descreveram o comércio desse núcleo maranhense em seu trajeto de Oeiras (PI) à São Luiz (MA):

Este lugar, antigamente denominado Feira, deve a sua origem ao comércio de gado bovino, pois aqui os sertanejos negociam a venda das boiadas, vindas do Piauí e do interior do Maranhão, em troca de tudo o que precisam. Na maioria das casas, acham-se lojas, onde são expostas à venda grandes quantidades de chitas, artigos de ferro, porcelanas e louças de barro, vinhos, licores e gêneros de Portugal (SPIX; MARTIUS, 1938: 263).

Outras feiras nasceram da vontade do povo ou dos oficiais da câmara, no intuito de enobrecer o aglomerado na rede urbana, atraindo comércio e fama. Entretanto, quando o clima e o lugar onde a feira fora implantada não eram favoráveis, essa teve uma vida útil efêmera. Fato ocorrido na vila cearense do Icó. O vereador José Raymundo, em vereação de 18 de fevereiro

de 1818, inculcou nos outros edis a necessidade de uma feira local, *por ser rico, comerciante e optimamente situado para o negócio* (RIHGB, 1862: 80). Parece que a feira icoense não prevaleceu, apesar disso, a qualidade de “negociante” não lhe foi quitada, como notou George Gardner: *grande parte dos habitantes são comerciantes que suprem o interior com mercadorias européias, recebendo em troca os produtos da terra que enviam para a Costa* (GARDNER, 1975: 87).

Em contrapartida, a feira da vila do Crato atraiu negociantes de variadas partes do sertão nordestino para o seu perímetro urbano. No princípio, é provável que tenham usado a praça da matriz para realizar as trocas econômicas. Porém, com o tempo, as barracas espalharam-se pelas ruas, zoneando os espaços, hierarquizando-os segundo o produto à venda. Gustavo Horácio vivenciou a feira do Crato:

Reúne-se nas segundas-feiras de toda a semana. Até 2.500 cargas de gêneros de todas as qualidades. Geralmente a feira regula de 3 a 4.000 pessoas, mas nas de agosto a dezembro reúnem-se até 8 mil pessoas. Enchem-se de povo comerciando na praça de S. Vicente, do Rosário, a rua da Califórnia, donde o encontro das da Laranjeiras até o encontro da rua da Valla, a rua Grande até quase a praça do Rosário, a Formosa, dessa praça até o encontro da Califórnia. E além disso um dia de agitação em toda a cidade e nas entradas. Não de deve causar admiração o numero de cargas entradas em uma feira; por quanto na segunda-feira, 02 de janeiro do corrente anno, retiraram-se a feira do Crato mais de 500 cargas de comboeiros de outros estados [...] (RIC, 1906: 318).

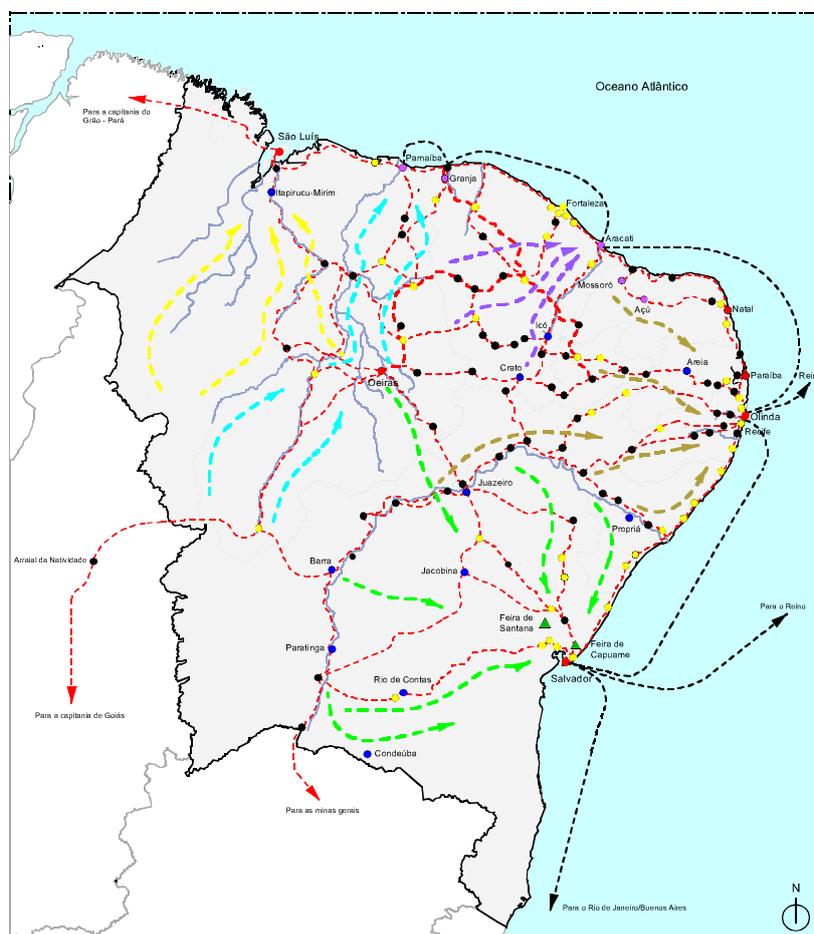
O cruzamento de caminhos foi um ponto propício para a fundação de uma feira. A vila do Juazeiro (BA), situada estrategicamente no entroncamento de estradas com destino à Oeiras (PI), Ceará, Recife, Minas Gerais e Salvador (BA), tornou-se, nos Oitocentos, um aglomerado conhecido pelo seu *vivo comércio*, no dizer do engenheiro Henrique Halfeld (1860: 243). Theodoro Sampaio assinalou que os sertanejos a chamavam de *praça* por manter transações com distintos centros urbanos do Brasil, principalmente com a capital piauiense. Em suas feiras, chegavam *as mercadorias européias por preços bem razoáveis* (SAMPAIO, 1905: 37).

Perguntamo-nos: além do gado, que outros artigos eram comercializados? Quem os comprava? Spix e Martius perceberam que em Juazeiro vendiam-se *couros, talcos, carne salgada, fumo e sal* (SPIX; MARTIUS, 1939: 400). Seus compradores foram *magistrados e párocos, que só raro aparecem nessas paragens solitárias, também se encontram nessas feiras [...]*(SPIX; MARTIUS, 1939: 404). Sendo assim, ocorreu a delimitação de um espaço democrático, onde autoridades eclesiásticas e públicas se misturavam com o povo em busca da mercadoria desejada. Gardner, sentindo os espaços proporcionados pela feira de Propriá (SE), discorreu sobre o material vendido ao ar livre:

Os preparativos da feira criaram certo movimento, pois durante o dia anterior, especialmente ao entardecer, não cessavam de chegar mercadorias para venda, trazidas pelo rio em canoas ou por terra em cavalos da região interior. (...) Como estivesse tomado pela enchente o lugar onde habitualmente se realiza a feira, a multidão se reunira num ponto elevado da beira rio, a oeste da Vila, em frente do sitio onde as canoas tinham sido amarradas umas ao lado das outras. Logo que me vesti, dei uma volta pelo meio da turba para observar a espécie de artigos expostos à venda, achando-os extremamente variados como seria de esperar, mas consistindo principalmente de produtos alimentícios e de vestuário. Entre outros de importância inferior, particularizaremos por serem mais abundantes os seguintes: farinha de mandioca, carne seca, grandes peixes, rapaduras em pedaços grandes com forma de queijo ou em pedaços menores em forma de tijolo, melado em odre, carne verde, banana, sabão, sapatos, panos e chitas, cordas de fibra nativas, fumo, pranchas e esteios, utensílios de cozinha feitos de barro, jarros cozidos pelos índios, couros, peles, aguardentes e outros (GARDNER, 1975: 67).

Jacobina (BA), Mocha (PI), Urubu (BA), Barra do Rio Grande do Sul (BA), Regeneração (PI) e Rio de Contas (BA) foram outras vilas e arraiais onde a necessidade primordial do intercâmbio mercantil e a facilidade de comunicação foram proporcionados pela reunião de pessoas em feiras.

A dinâmica comercial do sertão nordestino, aqui ligeiramente apresentada, pode ser espacializada segundo o mapa 01.



LEGENDA:

- Cidades;
- Vilas (1549 - 1808);
- Vilas ou arraiais com feiras;
- Vilas com charqueadas ou oficinas de carne do sertão;
- Freguesias ou povoações;
- ▲ Feiras de gado;
- Caminhos do gado;
- Via marítima das sumacas;
- Principais rios
- > Fluxo do gado para Salvador e feiras de Capuame e Santana;
- > Fluxo do gado para Recife/Olinda;
- > Fluxo do gado para as charqueadas da vila da Parnaíba;
- > Fluxo do gado para as charqueadas da vila do Aracati;
- > Fluxo do gado para a feira de Itapicuru - Mirim e São Luiz;
- Principais rios

Mapa 01 – Dinâmica comercial do mercado da pecuária sertaneja. Elaboração do autor segundo fontes do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, relato dos viajantes estrangeiros e outros autores citados neste capítulo.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias manuscritas e impressas:

AHU_ACL_CU_009, Cx. 33, D. 3343; AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1771; AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1732; AHU_ACL_CU_016, Cx. 12, D. 684; AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D. 633; AHU_ACL_CU_ CEARÁ, Cx. 1, D. 67; AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 140; AHU_ACL_CU_016, Cx. 14, D. 2510; AHU_ACL_CU_016, Cx. 11, D. 656; AHU_ACL_CU_016, Cx. 12, D. 730;

ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. “Idéias da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão das suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contractos, e rendimentos reais, augmento que estes tem tido, desde o ano de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitão general Jozé Cezar de Menezes”. Vol. XL. Rio de Janeiro, 1918. 375 p.

ANNAES da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol XXXVI. Ano 1914. Rio de Janeiro, Officinas Graphics da Biblioteca Nacional, 1916. 689 p.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp,1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

BLUTEAU, Raphael, S. J. *Vocabulário português, e latino...*Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1719. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso em 24. 11. 2011

“Descrição da cidade do Crato em 1882 pelo Dr. Gustavo Horácio”. In *Revista do Instituto do Ceará*. Ano XX. Fortaleza, 1906.

“DESCRIPÇÃO do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. Propriedades dos seus terrenos, suas produções, character dos seus habitantes colonos, e estados actual dos seus

estabelecimentos: pelo major Francisco de Paula Ribeiro (1815). In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 1848.

“Extractos dos assentos do antigo senado de Icó, desde 1738 até 1835. Colligidos nos arquivos de Icó, Aracaty, Fortaleza, etc. pelo Dr. Theberge”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1862.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1975.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório concernente a exploração do rio São Francisco desde a cachoeira da Pirapora até o oceano Atlântico*. Levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor D. Pedro II. Em 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro, 1860.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco: trechos de um diário de viagem e a Chapada da Diamantina*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. 195 p.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil*. Trad. De Lucia Furquim Lahmeyer e notas de Brasília de Magalhães. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas*. Vol 1. Salvador, 1802. p. 84 – 85. Manuscrito disponível em <http://www.bndigital.bn.br>. Acesso em 01.11.2011.

_____. *Recopilação de noticias referentes às Capitanias de Pernambuco e Goiás, e do pensamento político aplicados nas colônias portuguesas*. Salvador, 1802. p. 10. Manuscrito disponível em <http://bn.br>. Acesso em 01. 11. 2011.

Fontes secundárias:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500 – 1800*. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. 280 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2 ed. Recife: SUDENE, 1979.

ARINOS, Afonso. *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador, UFBA, 1958. p. 47 -56.

BRAGA, Renato. “Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste”. In *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXI. Fortaleza, 1947.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. 2 vol. (O couro). Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966. 120 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. Vol II. Tomo I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 235 p.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. “Caminhos históricos da feira de Feira de Santana: origens e secularidade”. In *Sitientibus*. nº 10. Jul/dez. Feira de Santana, 1992.

PIRENNE, Henri. *As cidades da idade média*. 4 ed. São Paulo: Coleção Saber, 1977. 177 p.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Trad. Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

PRIMEIRO, P. Fr. Fidelis M. de. *Capuchinhos em Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. 392 p.

RAU, Virgínia. *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

RONCAYOLO, Marcel. “Cidade”. In *Enciclopédia Einaudi*. Vol 8 (Região). Lisboa,: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 396 – 481.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 473 p.